

15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	160209-15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA	BRUNO ALVES SOARES	02/06/2026 10:50 (v 0.23)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64374.000394/2026-88

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores e motocicletas movidos a álcool, gasolina e diesel das marcas Agrale, Chevrolet, Fiat, Ford, Mitsubishi, Nissan, Honda, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong Mercedes Benz, Volvo e Volkswagen, pertencentes à 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, empregados na guarnição de Cascavel -PR., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

- 1.1.1 Estimativas individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 1.1.1.1. UASG Gerenciadora: 160209 - 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada — Cascavel-PR;
- 1.1.1.2. UASG Participantes: 160226 - 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado — Foz do Iguaçu- PR; e 160524 - 15º Batalhão Logístico — Cascavel-PR

ORGÃO GERENCIADOR: 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada e PARTICIPANTE: 15º Batalhão Logístico - Cascavel-PR								
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MAX	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
I	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de passeio, utilitários e motocicletas das marcas Chevrolet, Fiat, Ford, Nissan, Honda, Toyota e Volkswagen da Linha Leve Gasolina/Alcool (flex).	3565	Homem /hora	1	545	270,34	147.335,30
	2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de utilitários, pick-up, van das marcas Agrale, Chevrolet, Ford, Mitsubishi, Nissan, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong, Mercedes Benz e Volkswagen da Linha Leve/Média Diesel.	3565	Homem /hora	1	1.406	197,00	276.982,00
	3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores das marcas Agrale, Volkswagen, Ford, Volvo e Mercedes Benz da Linha Pesada Diesel.	3565	Homem /hora	1	1.461	288,00	420.768,00
TOTAL								845.085,30

* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação das propostas.

** O critério de julgamento da licitação será o menor preço do grupo único, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

ORGÃO PARTICIPANTE: 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado — Foz do Iguaçu- PR								
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MAX	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
II	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de passeio, utilitários e motocicletas das marcas Chevrolet, Fiat, Ford, Nissan, Honda, Toyota e Volkswagen da Linha Leve Gasolina/Alcool (flex).	3565	Homem /hora	1	145	270,34	39.199,30
	2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de utilitários, pick-up, van das marcas Agrale, Chevrolet, Ford, Mitsubishi, Nissan, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong, Mercedes Benz e Volkswagen da Linha Leve/Média Diesel.	3565	Homem /hora	1	140	197,00	27.580,00
	3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores das marcas Agrale, Volkswagen, Ford, Volvo e Mercedes Benz da Linha Pesada Diesel.	3565	Homem /hora	1	250	288,00	72.000,00
TOTAL								138.779,30

* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação das propostas.

** O critério de julgamento da licitação será o menor preço do grupo único, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5 A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário.

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000393/2026;
 - II) Data de publicação no PNCP: 22/10/2025;
 - III) Id do item no PCA: 181;
 - IV) Classe/Grupo: 871;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 160209-12/2026;

3. Descrição da solução

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo motivo do pagamento ser realizado mediante a prestação prévia do serviço.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Requisitos da contratação

4.4. Serviço sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.5. Para a efetivação da contratação, o Licitante deverá atender os seguintes requisitos:

4.5.1. Prestação dos serviços com direção e supervisão de profissional credenciado, mecânico de veículos automotores (CBO 9144-05), e de reconhecida capacidade, assistido por auxiliares, quando necessário;

4.5.2. Possuir em seu quadro de funcionários pessoal com treinamento especializado para realizar a manutenção preventiva/corretiva das marcas e modelos dos veículos em uso pela 15ª Bda Inf Mec;

4.5.3. Possuir ferramental e equipamentos necessários para realizar a manutenção preventiva/corretiva, bem como realizar o diagnóstico dos sistemas elétrico ou eletrônico dos veículos;

4.5.4. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, excluído o fornecimento de peças, acessórios e insumos para:

- I. Os veículos pertencentes à atual frota oficial do Órgão Gerenciador, UASG 160209, 15ª Bda Inf Mec na cidade de Cascavel - PR;
- II. Os veículos pertencentes à atual frota oficial do Órgão Participante, UASG 160226, 34º BI Mec na cidade de Foz do Iguaçu - PR;
- III. Os veículos pertencentes à atual frota oficial do Órgão Participante, UASG 160524, 15º B Log na cidade de Cascavel - PR; e
- IV. Outros veículos que vierem a ser acrescidos ou substituídos na atual frota das Organizações Militares.

4.5.5. Prestação dos serviços de mão de obra mediante o pagamento do valor da hora de serviço mecânico prevista no contrato;

4.5.6. O local de execução dos serviços de manutenção deverá estar localizado dentro dos limites da zona urbana de Cascavel - PR, e Foz do Iguaçu nos casos da viaturas daquele Órgão Participantes, em área de fácil acesso. A delimitação geográfica do local de prestação do serviço tem por finalidade gerar economia de combustível evitando deslocamentos muito longos para movimentar os veículos que necessitam de manutenção, bem como evitar custos elevados com pagamento de pedágios e/ou serviço de guincho/reboque caso seja contratada empresa localizada fora da área acima mencionada;

4.5.7. Os veículos quando em manutenção junto ao prestador do serviço, deverão permanecer em local seguro, com acesso restrito ao quadro de funcionários da empresa contratada, evitando, sempre que possível, o pernoite no local da manutenção, ficando a CONTRATADA responsável por quaisquer danos que os veículos venham a sofrer;

4.5.8. Havendo necessidade de pernoite do veículo no local da manutenção, a CONTRATADA deverá dispor de serviço de vigilância noturna e/ou sistema de alarme, bem como sistema de vídeo monitoramento com cobertura da área de estacionamento /manutenção, ficando a CONTRATADA responsável por quaisquer danos que os veículos venham a sofrer.

4.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços, sob demanda, de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores e motocicletas movidos a álcool, gasolina e diesel das marcas Agrale, Chevrolet, Fiat, Ford, Mitsubishi, Nissan, Honda, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong Mercedes Benz, Volvo e Volkswagen, pertencentes a frota, da 15ª Bda Inf Mec, distribuída nas OM da Guarnição de Cascavel-PR (33º Batalhão de Infantaria Mecanizada, Companhia de Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, 15ª Companhia de Comunicação Mecanizada e Grupo de Operações de Inteligência).

5.1.1 Deverá prestar serviços, sob demanda, de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores e motocicletas movidos a álcool, gasolina e diesel das marcas Agrale, Chevrolet, Fiat, Ford, Mitsubishi, Nissan, Honda, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong Mercedes Benz, Volvo e Volkswagen, pertencentes a frota, da 15º B Log, distribuída na Guarnição de Cascavel-PR e 34º BI Mec, distribuída na Guarnição de Foz do Iguaçu.

5.2. O serviço a ser realizado deverá atender às especificações técnicas constantes nos manuais dos fabricantes dos veículos em uso pela 15ª Bda Inf Mec, 15º B Log e 34º BI Mec e que farão parte do contrato, conforme relação a ser disponibilizada oportunamente;

5.3. A partir da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATADA deverá estar em condições de prestar os serviços devendo sua execução ser precedida da emissão de Ordem de Serviço contendo a descrição detalhada do serviço a ser executado bem como a quantidade de horas /homem necessárias para a sua execução, após a aprovação do orçamento pelo encarregado da manutenção de viaturas da OM solicitante do respectivo serviço (33º Batalhão de Infantaria Mecanizada, Companhia de Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, 15ª Companhia de Comunicação Mecanizada e Grupo de Operações de Inteligência) e (15º B Log, 34º BI Mec, Orgãos participantes).

5.3.1 Para a fixação da quantidade de horas de serviço necessárias para a sua execução dos respectivos serviços, deverão ser utilizadas as seguintes referências:

a. Tabelas Tempárias de serviço automotivo utilizadas por oficinas de manutenção autorizadas das diversas marcas de veículos constantes nesta contratação; ou

b. Orçamento gerado por um sistema de orçamentação eletrônica existente no mercado, tais como TEMPARIO, AUDATEX ou outros similares; ou

c. Tabelas de Tempárias do setor de reparação automotiva disponibilizadas pelo Sindirepa RJ (<http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2013/09/72,24502/confira-tabelas-de-tempo-de-servicos-do-setor-de-reparacao-automotiva.html>).

5.4. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.4.1. Executar a manutenção PREVENTIVA e/ou CORRETIVA, com vistas a deixar o veículo em perfeitas condições de uso, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentarem desgastados pelo tempo de uso ou quilometragem bem como a execução de regulagens, ajustes mecânicos e elétricos, que sejam necessários ao restabelecimento das perfeitas condições de funcionamento do veículo.

5.4.2. O fornecimento de peças para a realização dos serviços, caso seja necessário, ficará a cargo da CONTRATANTE.

5.5. Considera-se como manutenção preventiva e corretiva, dentre outros, os seguintes serviços:

5.5.1 Serviços de regulagem de motor;

5.5.2 Serviços no sistema de injeção eletrônica;

5.5.3 Serviços no sistema de arrefecimento;

5.5.4 Serviços no sistema de alimentação

5.5.5 Serviços no sistema de ar refrigerado;

5.5.6 Serviços de recuperação de câmbio e de diferencial;

5.5.7 Serviços de recuperação de sistemas hidráulicos;

5.5.8 Serviços nos sistemas elétrico/eletrônico;

5.5.9 Serviços de escapamento de gases do motor;

5.5.10 Serviços de geometria, alinhamento e balanceamento;

5.5.11 Serviços de reparos de rodas e pneus em geral;

5.5.12 Serviços de troca de óleo, lubrificante e fluído em geral; e

5.5.13 Serviços de substituição de filtros de ar, óleo e combustível.

5.6 A manutenção preventiva a que se refere o item 5.4.1 será realizada de acordo com o especificado pelo manual de manutenção do veículo, por quilômetros rodados ou tempo de uso, o que ocorrer primeiro, devendo ser sugerida pela CONTRATADA ou solicitada pelo representante da CONTRATANTE, através de Ordem de Serviço;

5.7 A manutenção corretiva a que se refere o item 5.4.1 será realizada de acordo com o diagnóstico emitido pela CONTRATADA, a qualquer tempo, devendo ser solicitada pelo representante da CONTRATANTE;

5.8 A CONTRATADA deverá emitir o DIAGNÓSTICO do veículo contendo a necessidade de peças a serem substituídas e/ou itens e/ou sistemas a serem reparados, no prazo de até 48 horas, contendo também o tempo de serviço (homem/hora) necessário para a execução do objeto, bem como a previsão para a consequente devolução do veículo reparado;

5.9 Os veículos impossibilitados de transitar por meios próprios serão transportados (rebocados) pela CONTRATANTE até o local de realização dos serviços sem ônus para a CONTRATADA;

5.10 A execução dos serviços só poderá ser iniciada após aprovação e autorização expressa do representante da CONTRATANTE;

5.11 Se durante a execução do serviço houver necessidade de acréscimo no tempo de execução, a CONTRATADA deverá solicitar autorização expressa ao representante da CONTRATANTE;

5.12 No caso de necessidade de desmontagem de componentes do veículo para elaboração de diagnóstico/serviço a serem executados, é necessária a

autorização expressa do representante da CONTRATANTE;

5.13 Se for imprescindível a realização de teste de estrada nos veículos em serviço, a CONTRATADA deverá sobrepor sobre as placas de identificação do veículo, a identificação prevista pelos órgãos de fiscalização com a inscrição "EM TESTE" e responsabilizar-se por todo acidente, incidente ou infração de trânsito cometida ou sofrida pelo condutor, não cabendo à CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre as consequências de que ordem for;

5.14 Na hipótese da instalação de peças, componentes ou acessórios, fornecidos pela CONTRATANTE, ser realizada de maneira inadequada, deverá a CONTRATADA providenciar sua imediata substituição, nas mesmas condições de quantidades, marcas e especificações, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE;

5.15 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá dispor de infraestrutura, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos mesmos. Entende-se como infraestrutura, o espaço físico necessário para a execução da manutenção dos veículos, bem como para sua guarda diuturna, durante todo o período de realização dos serviços;

5.16 Quantidade estimada:

ORGÃO GERENCIADOR: 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada - Cascavel-PR				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de passeio, utilitários e motocicletas das marcas Chevrolet, Fiat, Ford, Nissan, Honda, Toyota e Volkswagen da Linha Leve Gasolina /Alcool (flex).	3565	Homem/hora	295
2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de utilitários, pick-up, van das marcas Agrale, Chevrolet, Ford, Mitsubishi, Nissan, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong, Mercedes Benz e Volkswagen da Linha Leve/Média Diesel.	3565	Homem/hora	806
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores das marcas Agrale, Volkswagen, Ford, Volvo e Mercedes Benz da Linha Pesada Diesel.	3565	Homem/hora	861

ORGÃO PARTICIPANTE: 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado — Foz do Iguaçu- PR				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de passeio, utilitários e motocicletas das marcas Chevrolet, Fiat, Ford, Nissan, Honda, Toyota e Volkswagen da Linha Leve Gasolina/Alcool (flex).	3565	Homem/hora	145
2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de utilitários, pick-up, van das marcas Agrale, Chevrolet, Ford, Mitsubishi, Nissan, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong, Mercedes Benz e Volkswagen da Linha Leve/Média Diesel.	3565	Homem/hora	140

3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores das marcas Agrale, Volkswagen, Ford, Volvo e Mercedes Benz da Linha Pesada Diesel.	3565	Homem/hora	250
---	---	------	------------	-----

ORGÃO PARTICIPANTE: 15º Batalhão Logístico — Cascavel-PR				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MAX
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de passeio, utilitários e motocicletas das marcas Chevrolet, Fiat, Ford, Nissan, Honda, Toyota e Volkswagen da Linha Leve Gasolina/Alcool (flex).	3565	Homem /hora	250
2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de utilitários, pick-up, van das marcas Agrale, Chevrolet, Ford, Mitsubishi, Nissan, Toyota, Citroen, Land Rover, SsangYong, Mercedes Benz e Volkswagen da Linha Leve/Média Diesel.	3565	Homem /hora	600
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores das marcas Agrale, Volkswagen, Ford, Volvo e Mercedes Benz da Linha Pesada Diesel.	3565	Homem /hora	600

5.17 Composição da frota - 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada - Cascavel-PR:

a. 33º Batalhão de Infantaria Mecanizada:

VIATURAS LEVES				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	ANO	Qtd
1	AGRALE	MARRUÁ AM21	2012	14
2	AGRALE	MARRUÁ AM20	2009	1
3	FIAT	GRANDSIENA 1.6	2017	1
4	CITROEN	VAN JUMPER	2012	1
5	CITROEN	VAN JUMPER	2016	1
6	MERCEDES-BENZ	SPRINTER 415 CDI	2013	1
7	CHEVROLET	TRAILBLAZER 2.8LT	2016	2
8	FORD	F4000	2017	1
9	NISSAN	FRONTIER	2015	1
10	VOLKSWAGEN	SOCORRO LEVE 8.160	2018	1
11	FORD	FIESTA SEDAN	2010	1
12	HONDA	MOTOCICLETA XRE 300	2014	2
			Total	27

VIATURAS PESADAS				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	ANO	Qtd
1	VOLKSWAGEN	WORKER 13.180	2011	12
2	VOLKSWAGEN	WORKER 13.180	2012	2
3	VOLKSWAGEN	WORKER 15.210	2011	2
4	VOLKSWAGEN	WORKER 15.210	2012	3
5	VOLKSWAGEN	WORKER 15.210	2013	2
6	VOLKSWAGEN	WORKER 15.210	2014	1
7	MERCEDES-BENZ	ATEGO 1725/42 4X4	2013	1
10	VOLKSWAGEN	ÔNIBUS MASCARELLO	2013	2
11	FORD	CARGO 1933E	2017	1
12	VOLKSWAGEN	26.420 CAVALO MECÂNICO	2017	1
13	VOLKSWAGEN	CONSTELLATION 13.180	2013	1
14	FORD	CARGO 2629 (OCD)	2012	1
15	VOLVO	VM 290 6X2R	2024	1
			Total	30

b. Companhia de Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada:

VIATURAS LEVES				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	Mod	Qtd
1	LAND ROVER	DEFENDER 90 1/2T 4X4	2003	2
2	AGRALE	MARRUÁ AM21	2012	5
3	TOYOTA	HILUX 4X4 CD	2013	1
4	FIAT	PALIO ELX 1.8	2010	1
5	CITROEN	VAN JUMPER	2016	1
6	MERCEDES-BENZ	SPRINTER 415 CDI	2018	1
7	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2020	1
8	MERCEDES-BENZ	SPRINTER 415 1/2T 4X2	2012	1
9	SSANGYONG	ACTYON SPORT GLX 2.0	2012	1
10	FORD	RANGER 3.0 XLS	2012	1
11	CHEVROLET	TRAILBLAZER 2.8LT	2016	2
12	NISSAN	FRONTIER 2.5 S	2015	1
13	CHEVROLET	MONTANA 1.8	2009	1
14	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009	1
15	CHEVROLET	COBALT SEDAN 1.4	2013	1
16	FIAT	DOBLÔ 1.8 ESSENCE 07PSG 4X2	2012	1
17	FIAT	DOBLÔ 1.8 ESSENCE 07PSG 4X2	2018	1
18	HONDA	MOTOCICLETA XRE 300 TRAIL 02PSG 2X1	2019	3
19	NISSAN	SENTRA 2.0 SV	2015	1
20	VOLKSWAGEN	GOL G6 5PSG	2013	1
21	TOYOTA	COROLA ALTISFLEX	2017	1
			Total	29

VIATURAS PESADAS				
<u>ORD</u>	<u>VIATURA</u>	<u>NOMENCLATURA</u>	<u>Mod</u>	<u>Qtd</u>
1	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>WORKER EURO 3 15.210</u> <u>5T 4X4</u>	2011	3
2	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>WORKER EURO 3 15.210</u> <u>5T 4X4</u>	2012	3
3	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>COMERCIAL WORKER</u> <u>13.180</u>	2012	1
4	<u>MERCEDES-BENZ</u>	<u>ATEGO 1725/42 4X4</u>	2013	1
5	<u>AGRALE</u>	<u>MICRO-ÔNIBUS</u> <u>VOLARE W9</u> <u>MARCOPOLO</u>	2013	1
6	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>ÔNIBUS 15.190</u> <u>URBANO SENIOR MIDI</u> <u>MARCOPOLO</u>	2012	1
			Total	10

c. 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada:

VIATURAS LEVES				
<u>ORD</u>	<u>VIATURA</u>	<u>NOMENCLATURA</u>	<u>ANO</u>	<u>Qtd</u>
5	<u>AGRALE</u>	<u>MARRUÁ AM20</u>	2011	1
6	<u>TOYOTA</u>	<u>HILUX 4X4 CD</u>	2015	6
10	<u>MERCEDES-BENZ</u>	<u>SPRINTER 415 CDI</u>	2018	1
17	<u>CHEVROLET</u>	<u>CHEVROLET VECTRA</u> <u>EXPRESSION</u>	2011	1
18	<u>FIAT</u>	<u>FORD F 4000</u>	2019	1
			Total	10

VIATURAS PESADAS				
<u>ORD</u>	<u>VIATURA</u>	<u>NOMENCLATURA</u>	<u>ANO</u>	<u>Qtd</u>
2	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>FORD CARGO 1319</u>	2013	1
	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>WORKER EURO 3 15.180</u> <u>5T 4X4</u>	2013	2
3	<u>VOLKSWAGEN</u>	<u>WORKER EURO 3 15.210</u> <u>5T 4X4</u>	2013	3
7	<u>MERCEDES-BENZ</u>	<u>ATEGO 1725/42 4X4</u>	2013	1
			Total	7

d. Grupo de Operações de Inteligência:

VIATURAS LEVES				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	Mod	Qtd
1	FIAT	ARGO	2022	1
2	NISSAN	VERSA V-DRIVE	2021	1
3	NISSAN	VERSA	2020	1
4	MITSUBISHI	L-200	2013	1
5	CHEVROLET	GM S-10	2004	1
6	HONDA	XRE 300	2015	1
7	HONDA	XRE 300	2014	1
			Total	7

5.18 Composição da frota - 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado — Foz do Iguaçu- PR:

VIATURAS LEVES				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	ANO	Qtd
1	VOLKSWAGEN	SOCORRO LEVE	2018	01
2	HONDA	MOTOCICLETA XRE 300	2014	02
3	AGRALE	MARRUÁ AM20	2008	01
4	AGRALE	MARRUÁ AM21	2012	08
5	TOYOTA	HILUX 4X4 AC 05PSG	2013	01
6	TOYOTA	HILUX 4X4 AC 05PSG	2015	01
7	TOYOTA	AMBULÂNCIA SR HILUX CS 03PSG	2013	01
8	FORD	AMBULÂNCIA SR F4000	2018	01
9	FIAT	GRAND SIENA 1.6 ESSENCE	2017	01
10	CITROEN	JUMPER	2016	01
11	CHEVROLET	CORSA SEDAN	2012	01
12	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2016	01
13	FIAT	DOBLÔ 1.8 ESSENCE	2019	01
14	NISSAN	FRONTIER	2013	01
15	MERCEDES-BENZ	SPRINTER 415 CDI	2012	01
16	TOYOTA	COROLLA 2.0 ALTIS	2016	01
17	FIAT	DUCATO	2025	01
18	MITSUBISHI	L200 SPORT 2.4	2024	01

VIATURAS PESADAS				

ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	ANO	Qtd
1	VOLKSWAGEN MASCARELLO	ÔNIBUS INTEREST 18.320	2013	02
2	VOLKSWAGEN	WORKER EURO 3 15.180	2009	02
3	VOLKSWAGEN	WORKER EURO 3 15.210	2012	11
4	MERCEDES-BENZ	ATEGO 1725/42	2013	08
5	VOLKSWAGEN	WORKER EURO3 13.180 7T	2013	01
6	FORD	CISTERNA COMBUSTÍVEL CARGO 2623	2012	01
7	FORD	CISTERNA COMBUSTÍVEL CARGO 2629	2012	01
8	VOLKSWAGEN	BASCULANTE	2013	01
9	VOLKSWAGEN	MUNCK CONSTELLATION 26.280	2018	01
10	VOLKSWAGEN	CAVALO MECÂNICO EMP GE 19.420	2018	01
11	VOLVO	CISTERNA COMBUSTÍVEL VM290	2023	01
12	MARCOPOLO	ÔNIBUS URBANO SENIOR MIDI	2012	01

5.19 Composição da frota - 15ª Batalhão Logístico - Cascavel-PR:

VIATURAS LEVES				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	ANO	QTD
1	AGRALE	MARRUÁ AM21	2011	1
2	AGRALE	MARRUÁ AM21	2012	9
3	FIAT	GRAN SIENA 1.6 ATTRACTIVE	2017	4
4	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2017	1
5	FORD	RANGER	2011	2
6	FORD	F-4000	2016	2
7	VOLKSWAGEN	GOL	2012	2
8	CITROEN	JUMPER MINIBUS	2016	1
9	HYUNDAI	HR GL-2.5	2024	1
10	IVECO	DAILY 35S14/AMBULÂNCIA	2014	1
11	LAND ROVER	DEFENDER 130	2006	1
12	LAND ROVER	DEFENDER 90	2003	1
13	MERCEDES BENZ	ACELLO 915/PLATAFORMA SOCORRO	2013	1

14	MERCEDES BENZ	SPRINTER 313 CDI	2012	1
15	TOYOTA	BANDEIRANTE	1998	1
16	PEUGEOT	FURGÃO PARTNER	2016	1
17	MORUMBI	CISTERNA COMB 1500L	2020	1
18	MORUMBI	CISTERNA ÁGUA 1500L	2019	1

VIATURAS PESADAS				
ORD	VIATURA	NOMENCLATURA	ANO	QTD
1	FORD	Cargo 1933E	2013	2
2	FORD	Cargo 1933E	2018	1
3	FORD	Cargo 2423	2012	1
4	FORD	Cargo 2622E	2010	1
5	FORD	Cargo 2622E	2011	1
6	FORD	Cargo 2623	2012	3
7	FORD	Cargo 2629	2013	1
8	FORD	Cargo 262	2012	3
9	FORD	Cargo 816	2013	1
10	FORD	Cargo 2429L	2013	1
11	MERCEDES BENZ	1419	1996	1
12	MERCEDES BENZ	MBB 1718	2011	1
13	JHV	PRANCHA	2019	5
14	RANDON	PRANCHA	2017	1
15	VOLKSWAGEN	13180	2012	1
16	VOLKSWAGEN	13180	2013	1
17	VOLKSWAGEN	15210	2012	16
18	VOLKSWAGEN	Mascarello 18.320 EOT	2013	2

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.20 Não se visualizam procedimentos de transição e finalização do contrato.

GARANTIA DE EXECUÇÃO E DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

5.21 A garantia contratual dos serviços executados será de, no mínimo, as seguintes, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo:

- a. Para os serviços de recuperação de câmbio/diferencial e suspensão, o prazo não poderá ser inferior a 8 (oito) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal referente ao serviço executado;
- b. Para os serviços de alinhamento de direção e balanceamento de rodas, o prazo não poderá ser inferior a 3 (três) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal referente ao serviço executado.
- c. Para os demais serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, o prazo não poderá ser inferior a 3 (três) meses contados a partir da data de emissão da nota fiscal referente ao serviço executado.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação do serviço.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item:

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo I deste Termo de Referência) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MPDG nº 05/2017

7.2.2 O serviço será mensurado através do número de horas trabalhadas para a conclusão do mesmo, devendo ser comprovado através de Ordem de Serviço interna confeccionada pela CONTRATADA, onde deve constar explicitamente o horário de início e término, a descrição do serviço realizado e o número de funcionários empregados;

7.2.3 O tempo de serviço mensurado deverá estar de acordo com o tempo médio encontrado nas seguintes fontes de referência:

a. Tabelas de tempo de serviços do setor de reparação automotiva disponibilizadas pelo Sindirepa RJ (<http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2013/09/72,24502/confira-tabelas-de-tempo-de-servicos-do-setor-de-reparacao-automotiva.html>);

b. Tabelas do sistema de orçamentação Templário;

c. Tabela do sistema Audatex; ou

d. Tabelas de tempos de serviços automotivos disponibilizadas por concessionárias autorizadas.

7.2.4 Considera-se hora cheia qualquer fração igual ou superior a 30 (trinta) minutos trabalhados. As frações inferiores a 30 (trinta) minutos serão consideradas como meia hora para efeitos de pagamento.

7.2.5 Considera-se hora cheia qualquer fração igual ou superior a 30 (trinta) minutos trabalhados. As frações inferiores a 30 (trinta) minutos serão consideradas como meia hora para efeitos de pagamento.

7.2.6 O IMR é um ajuste escrito, acordado entre as partes e anexo ao contrato, que define, em bases compreensíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, devendo ser considerado pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto à CONTRATANTE.

7.2.7 O pagamento deverá ser proporcional ao atendimento das metas, portanto, quando a contratada não produzir os resultados, ou não executar os serviços com a qualidade mínima exigida ocorrerão descontos no pagamento devido, sem prejuízo das demais penalidades constantes do contrato.

7.2.8 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será implementado na data de início da vigência do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico-administrativo do Contrato avaliar a execução dos serviços prestados.

7.2.9 Metodologia de avaliação da execução dos serviços:

7.2.9.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- a. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f. A satisfação do público usuário.

7.2.9.2 A fiscalização do contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no item anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Edital e seus anexos, principalmente Instrumento de Medição de Resultado – IMR, ou na legislação vigente

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o serviço será mediante empreitada sob demanda conforme descrito no subitem 5 deste termo de referência

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes da Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 983.864,90

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 983.864,90 (novecentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

9.1.1. Detalhamento do custo estimado da contratação por UASG gerenciadora e participantes:

UASG	Valor
160209 - 15º Brigada de Infantaria Mecanizada - Cascavel-PR	486.500,30
160226 - 34º Batalhdo de Infantaria Mecanizado - Foz do Iguagu-PR	138.779,30
160524 - 15º Batalhão Logístico - Cascavel-PR	358.585,00
TOTAL	983.864,60

10. Adequação orçamentária

10.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. Infrações e Sanções Administrativas

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 11.2.4. Multa:
- 11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias.
- 11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% ((zero vírgula cinco por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “ ”, de 0,5% (zero c vírgula cinco por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% ((zero vírgula cinco por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% ((zero vírgula cinco por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% ((zero vírgula cinco por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.


11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de email informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 PAULO HENRIQUE SATHLER
Data: 02/06/2026 18:36:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULO HENRIQUE SATHLER

Chefe da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente
BRUNO ALVES SOARES
Data: 03/06/2026 14:19:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRUNO ALVES SOARES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 10:50:11.



Documento assinado digitalmente
SERGIO IGOR MONTEIRO COSTA
Data: 02/06/2026 18:58:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SERGIO IGOR MONTEIRO COSTA

Membro da comissão de contratação